1

Relendo os clássicos em época de crise: *Raízes do Brasil*, *Os donos do poder* e as anomalias da consciência histórica brasileira

DOI: https://doi.org/10.29327/264759.19.32-1

Sérgio da Mata[1]

Resumo: Transcrição de palestra proferida em 19 de abril de 2016 no Pensando em Minas, programa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais destinado à divulgação e ao debate de estudos e pesquisas sobre política e temas relacionados ao Poder Legislativo. Nesta edição, o expositor analisa dois clássicos brasileiros, *Raízes do Brasil* e *Donos do Poder*, focando a influência de Weber na obra de Sérgio Buarque e Raymundo Faoro, respectivamente. O palestrante revisita conceitos como o homem cordial, patrimonialismo, capitalismo político e corrupção. Ainda sob as luzes weberiana, comenta algumas obras de Jessé Souza, como a *A modernização seletiva*, em que esse sociólogo analisa as interpretações do Brasil mais conhecida. Sérgio da Mata, por fim, aborda a obra *Fenomenologia do brasileiro*, do filósofo Vilém Flusser, para pensar aquilo que ele tem chamado de anomalias da consciência histórica brasileira.

Palavras-chave: Sociologia weberiana. Formação da sociedade brasileira. Patrimonialismo. Liberalismo. Consciência histórica.

Abstract: *Transcript of a lecture given on April 19, 2016 at* Pensando em Minas, *a TV program of the Legislative Assembly of the State of Minas Gerais aimed at the dissemination and debate of studies and research on politics and issues related*

1 Doutor em História pela Universität zu Köln (UK, Alemanha) e pós-doutor pela Faculdade de Ciências Culturais da Europa-Universität Viadrina (Frankfurt/Oder). Professor do Departamento de História da Ufop(Universidade Federal de Ouro Preto).

to the Legislative Power. In this edition, Sérgio da Mata analyzes two Brazilian classics, Raízes do Brasil *and* Donos do Poder, *focusing on Weber's influence on the work of Sérgio Buarque and Raymundo Faoro, respectively. The speaker revisits concepts such as the cordial man, patronage system, political capitalism and corruption. Still under the Weberian lights, he comments on some works by Jessé Souza, such as* Modernização Seletiva, *in which this sociologist analyzes the interpretations of Brazil's best known. The author, finally, approaches the work* Phenomenology of the Brazilian, *written by the philosopher Vilém Flusser, to think what Sérgio da Mata has called the anomalies of Brazilian historical consciousness.*

Keywords: *Weberian sociology. Formation of Brazilian society. Patronage system. Liberalism. Historical consciousness.*

Antes de tudo, queria expressar a minha gratidão pelo convite e pela honra de poder abrir este ciclo. Os colegas que me seguirão, os professores João Antônio de Paula e José Carlos Reis[2], são nomes cuja importância é reconhecida. Fazer a primeira exposição é uma deferênciaà qual tentarei fazer jus na noite de hoje.

Há pelo menos dez anos, tenho me dedicado quase que exclusivamente a estudar a história do pensamento histórico alemão dos séculos XIX e XX. Em se tratando, porém, desses dois autores a respeito dos quais me foi solicitado que falasse, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, é compreensível que eu me sentisse de alguma forma inclinado a lhes dar uma atenção especial, por conta da influência de Weber em alguns de seus livros mais importantes.

Em *A fascinação weberiana* (Mata, 2013), dediquei uma seção a fazer uma pequena história intelectual da recepção de Max Weber no Brasil, e, é claro, Sérgio Buarque e Faoro têm um lugar muito importante nessa história. Ao mesmo tempo, é inevitável que, ao relermos esses autores hoje em dia, pelo menos duas

2 Palestrantes nos encontros seguintes do programa *Pensando em Minas*.

questões imediatas se coloquem. Neste momento difícil por que o País passa, sob todos os aspectos, quero crer que há uma razão a mais para voltar a esses textos seminais, *Raízes do Brasil* e *Os donos do poder,* originalmente publicados em 1936 e 1958. Sugeri, para minha palestra, o título *Relendo os clássicos em época de crise*, para, com base nesses dois livros seminais, tentar pensar aquilo que tenho chamando de anomalias da consciência histórica brasileira.

Quero crer que qualquer pessoa aqui presente com mais de 40 anos provavelmente tem passado pela desagradável experiência, nos últimos dias, de *déjà vu*, diante de crises que imaginávamos ter deixado para trás, de eventos que não gostaríamos de assistir novamente. A história insiste em nos pregar peças. A questão é a de tentar entender por que isso acontece entre nós. Faoro tem uma hipótese forte a esse respeito, à qual me filio e que vou expor mais adiante.

Tentarei ainda estender a discussão a dois outros autores. Um deles é um autor que tem atualmente uma presença muito forte na academia e inclusive na política brasileira: o professor Jessé Souza. Quanto ao outro, trata-se quase de um ilustre desconhecido. É um filósofo de origem tcheca que viveu no Brasil durante quase trinta anos, chamado Vilém Flusser. Flusser escreveu um livro brilhante, e que só foi publicado após a sua morte nos anos de 1990, chamado *Fenomenologia do brasileiro*.

Uma rápida palavra sobre o momento que vivemos no Brasil desde as chamadas Jornadas de Junho de 2013 e que atingiu o seu ápice, talvez, no último domingo, com a abertura do processo de *impeachment* da presidente Dilma. Acho que pelo menos três palavras definem o que temos vivido: uma delas, que aliás tem sido muito evocada, é a palavra "ódio"; a outra é a palavra "instituição" – geralmente empregada no plural; e a terceira (é uma sugestão da minha parte), é a palavra "melancolia".

Em relação à palavra "ódio", se a entendemos como um *pathos*, como um excesso das nossas afeições, ela está associada sobretudo a contraposições e oposições de natureza política,

em especial (mas não apenas) de um campo político-ideológico em relação a outro. Ela pode ser pensada também com base em pelo menos um conceito importante de Sérgio Buarque, e que vamos discutir dentro em pouco. Ao evocar a palavra "melancolia", estou me filiando ao sociólogo Wolf Lepenies. Seu primeiro livro, bastante influente aliás, se chama *Melancolia e sociedade*. Sua tese: a melancolia é um tipo de sentimento que adquire capilaridade social sobretudo após a vivência coletiva de grandes decepções, como se ela fosse irmã siamesa do desencanto com a utopia, tão logo a utopia não se realiza. O que sobra depois de uma utopia irrealizada é melancolia. Quanto à terceira palavra, "instituições", fica claro, nos últimos tempos, que uma parte da nossa sociedade as vê como algo essencialmente deturpado. No entanto, as instituições mantêm sua centralidade na sociedade; diria mesmo que algumas delas têm sido as garantidoras de um mínimo de estabilidade em meio ao maremoto por que temos passado. Evitarei, porém, uma última palavra, a palavra "golpe". Ela tem ganhado uma utilização muito ampla, inclusive nas universidades, mas a evito por acreditar que está mais eivada de intenção política que de intenção analítica. Deixou de ser um conceito técnico, um tipo ideal, e tornou-se um conceito político, ou antes: politizado.

As três palavras, os três termos que evoquei (ódio, melancolia, instituições), de uma maneira ou de outra, estarão presentes ou podem ser revisitados à luz do que Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro escreveram.

Alguém que admiro propôs a seguinte definição de clássico: clássico é aquilo que resiste ao envelhecimento. Autores repetidamente editados o são, evidentemente, porque continuam atuais não obstante terem escrito seus livros décadas atrás, em um contexto histórico totalmente diferente do atual. Isso nos coloca diante de uma pergunta difícil: uma sociedade em que a leitura de *Raízes do Brasil* e *Os donos do poder* continua atual é uma sociedade histórica no sentido pleno do termo? Vinda de um historiador, tal pergunta pode parecer absurda. Desde sempre, porém, os próprios historiadores sabem que entender história também significa refletir sobre o avesso da história – e o avesso

da história existe. Os sociólogos costumam chamar tais coisas de estruturas. Alguns, como Reinhart Koselleck, têm se referido a estruturas de repetição em história. A repetição acontece em história, e não é preciso ter lido Kierkegaard ou *O 18 de Brumário* de Marx para saber que as coisas eventualmente se repetem, ou que ao lado da dinâmica há também estabilidade. Assim, iniciaremos nossa discussão emitindo um juízo só aparentemente paradoxal: à história pertence também o seu oposto. A história, claro, não se desenvolve em círculos; não estou pensando naquele tempo circular de que fala *Mircea Eliade*, mas em fenômenos que têm perenidade, em fenômenos que têm uma natureza estrutural. Nesse sentido, sim, ler *Raízes do Brasil* e *Os donos do poder* continua importante. Num segundo momento, como prometi, evocarei as contribuições de Jessé Souza e Vilém Flusser e arriscarei algumas elucubrações.

Não posso evitar, porém, de fazer algumas observações a respeito do meu quarteto. Desses quatro autores, três são juristas de formação: Sérgio Buarque, Faoro e o próprio Jessé Souza. Dos quatro autores, dois têm uma aproximação muito forte com o método histórico. Sérgio Buarque e Faoro têm um trabalho fortemente marcado pela perspectiva histórica, inclusive do ponto de vista do método investigativo, do trabalho com documentação, etc., enquanto Jessé e Flusser fizeram um trabalho mais analítico, que não se enquadra tanto na perspectiva histórica. Dois desses autores se aproximam muito da forma "ensaio": *Raízes do Brasil* é essencialmente um ensaio, bem como *Fenomenologia do brasileiro*. Jessé e Faoro têm perspectivas mais sistemáticas e "convencionais" do ponto de vista retórico e estilístico. Dos quatro, pode-se dizer que três são "weberianos", embora o sejam em grau muito variado: Sérgio Buarque, Jessé e, em especial, Faoro. Um último dado interessante: dos quatro, os três brasileiros se aproximaram do PT em algum momento das suas trajetórias. Flusser retornou à Europa antes do surgimento do partido, e não consta que tenha se entusiasmado por ele, mais tarde.

Mas falemos de Sérgio Buarque de Holanda. Não vou fazer uma síntese minuciosa de Raízes, livro bastante conhecido de

todos nós, mas uma das coisas que vale a pena ser mencionada é que – se não me engano é Antonio Candido quem afirma isso num dos seus textos – trata-se de um livro quase-alemão. Sérgio Buarque morou quase dois anos na Alemanha. Passou por Hamburgo e se estabeleceu em Berlim, onde morou de junho de 1929 a janeiro de 1931. Lá trabalhou como correspondente dos *Diários Associados*, fez inclusive alguns trabalhos de tradução. Ele teria feito as legendas de *O Anjo Azul*, o famoso filme com Marlene Dietrich. Enfim, estava em Berlim no momento mais exuberante e complexo que aquela cidade teve, no período da República de Weimar, e deixou lá um filho. Essa história do filho do Sérgio foi recontada há pouco pelo Chico Buarque, num livro que muitos aqui seguramente terão lido. A despeito da vida febril da capital alemã daqueles dias, e do estilo de vida "intenso" que lá teve, Sérgio Buarque ainda achou tempo para escrever. Voltou com um manuscrito do que, imaginava, seria uma "Teoria da América". Parte desse manuscrito foi publicado em 1935, no ensaio *Corpo e alma do Brasil*, o qual servirá de base a dois dos capítulos de *Raízes do Brasil*. É um livro bem escrito, inspirado, denso; um referencial para nós, historiadores e cientistas sociais brasileiros. Raízes foi bem definido pelo saudoso professor Francisco Iglesias como um livro impressionista, e isso não por ser um ensaio. O gênero "ensaio" estava em ascensão nos anos de 1920 e 1930, dentro e fora do Brasil.

A presença deste racionalista a toda prova que foi Max Weber é muito seletiva em Raízes. Aliás, de nada que Sérgio Buarque tenha escrito pode-se dizer que tenha sofrido influência preponderante de *um* autor ou de *uma* teoria social. Ele sempre foi essencialmente eclético nas coisas que escreveu, embora saibamos que o marxismo jamais significou grande coisa para ele. Uma leitura acurada mostra que mesmo quando não é explicitamente citado, alguns conceitos weberianos são mobilizados. É o caso do famoso capítulo "O semeador e o ladrilhador", que trata da formação urbana no Brasil, contrapondo-a à urbanização na América espanhola: aqui, espontaneísmo; lá, planejamento e racionalização. Roberta Marx Delson mostrou, num estudo importante, que essa dicotomia não corresponde à realidade histórica das coisas. Mas podemos deixar a questão de lado aqui.

Há certa dívida de Sérgio Buarque com a sociologia da cidade feita por Weber (1999) em *Economia e sociedade*. A biblioteca pessoal de Sérgio está preservada na Unicamp, e quando se tem seus livros nas mãos – eu tive esse cuidado e interesse – pode-se ver o quão acuradamente Sérgio Buarque os leu, a levar em consideração a quantidade de grifos, anotações e observações feitas à margem. Enfim, há em *Raízes* a presença de Weber, como também na sua análise da ética do trabalho (ou antes: de sua ausência) na América portuguesa. Como se sabe, Sérgio Buarque constrói uma caracterologia do homem brasileiro tendo como seu oposto aquele diligente puritano inglês ou norte-americano, tão bem analisado em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

Outro ponto: a análise do chamado "homem cordial", um dos aspectos tematizados em *Raízes* que mais marcou nossas ciências humanas, até mesmo o senso comum, é uma ideia que ganhou uma capilaridade social muito grande no Brasil. Sérgio Buarque analisa essa ética do fundo emotivo, mostrando que o contraposto dessa emocionalidade, dessa valorização do afetivo, é, basicamente, o puritano anglo-saxão. Weber mostra na *Ética protestante* que a própria amizade entre os puritanos ingleses era malvista: a devoção se volta apenas a Deus e a mais ninguém. A única relação profunda, intensa, que se tem como legítima é a de tipo vertical – entre criatura e criador; ao passo que entre nós as "boas relações" e a "amizade" são dispositivos fundamentais da vida social. No Brasil quem não tem "amigos" é, por assim dizer, um pária. Sérgio Buarque não foi o primeiro a usar o conceito de "cordialidade", mas deu a ele uma consistência e uma sistematização inéditas.

Convém lembrar que, na década de 1920, passou pelo Brasil o conde russo Hermann Keyserling, autor das *Meditações sul-americanas*. Keyserling era um filósofo diletante, mas nesse livro há inúmeras passagens que se aproximam das análises de Sérgio Buarque, o que é fácil de entender, porque Keyserling fora muito lido pelos modernistas paulistas. Ele veio ao Brasil, teve contatos próximos com Oswald de Andrade e deixou suas marcas, inclusive, no *Manifesto antropófago*, no qual é citado

nominalmente. A visão do europeu a respeito do sul-americano como um tipo emotivo já era algo razoavelmente comum na época, tanto em Keyserling como em outros autores. A rigor, a "cordialidade" não foi inventada por Sérgio Buarque. Mas uma distinção importante deve ser feita. Para Sérgio Buarque a cordialidade não é sinônimo de bondade, de afabilidade, de simpatia. Cordialidade vem do latim cordis, coração. Então, cordialidade diz respeito a esse homem que é dominado por suas emoções, ou melhor, que é movido por uma economia emocional da ação. Pode ser que haja aí também uma ascendência indireta de Weber.

Mas há também momentos profundamente antiweberianos – eu não diria sequer não-weberianos – em *Raízes do Brasil*. O livro tem uma construção curiosa, porque o início e o fim são muito diferentes em seus fundamentos. Sobretudo no capítulo "Nossa revolução", que é o mais político. Convém notar que todos os livros posteriores de Sérgio Buarque, até os anos 1970, como *Monções e Visão do paraíso*, não trataram de política. A política só retorna à obra de Sérgio Buarque na década de 1970.

No capítulo "Nossa revolução", em especial na primeira edição de 1936, nada se encontra de weberiano. Weber era sabidamente um liberal, liberal na tradição alemã de fins do século XIX e início do século XX. Para o liberal alemão daquela época, a ação do Estado era importante, defendia-se um papel ativo do Estado na vida social, na garantia das liberdades políticas, da representação e da cidadania. Nos últimos anos de sua vida, depois da Primeira Guerra Mundial, Weber aproxima-se cada vez mais do princípio da democracia representativa e se converte enfim ao republicanismo. O Sérgio Buarque de 1936 é muito mais ambíguo em suas posições.

O que torna as coisas complicadas para o leitor contemporâneo é que o livro que ele normalmente têm em mãos é a 5ª edição. A primeira edição, como disse, tem uma série de parágrafos que posteriormente foram expurgados ou drasticamente retrabalhados. Naquele momento, Sérgio Buarque definitivamente não era um liberal; muito pelo contrário. Alguns autores que

ele leu – o que sabemos hoje pela pesquisa em sua biblioteca e pelo cruzamento de outras fontes – estavam em um campo político muito próximo do campo mais conservador da Alemanha da época, a assim chamada "revolução conservadora". Autores como Carl Schmitt, que é citado em 1936, desaparecem na 2ª edição. Outro autor importante, a cuja leitura ele credita ter-se convertido à história – já que, até então, era muito mais um crítico literário –, foi Ernst Kantorowicz. Em 1927, Kantorowicz, que era judeu de direita, publicou uma biografia de Frederico II, que pode ser entendida como um hino ao cesarismo político. Essa biografia será, inclusive, lida por todo o primeiro escalão do partido nazista. Depois de 1933, Kantorowicz foge para o exílio, tendo relutado muito a deixar que seu livro fosse reeditado. Vejam que a paisagem política alemã do período em que Sérgio lá viveu e com a qual ele dialogou definitivamente não estava próxima do campo liberal.

Sérgio Buarque de Holanda afirma literalmente que a ideia de que expedientes tirânicos nada realizam de duradouro seria apenas uma das muitas "invenções fraudulentas" da "mitologia" liberal. Nos anos de 1920 e 1930, ele está ainda marcado pela leitura de autores como André Gide e Thomas Mann, cujas posições naquele momento eram de forte rejeição à tradição iluminista. No caso de Thomas Mann, isso costuma ser conhecido por poucos, porque o livro importante para entendê-lo antes de sua conversão à democracia é *Confissões de um apolítico*, obra que poucos no Brasil, além de Sérgio Buarque, se deram ao trabalho de ler. Nas *Confissões* há tudo, menos simpatia pelo ideal democrático. Como muitos intelectuais da época, ele manifestava resistência ao liberalismo político, e Sérgio Buarque parece acompanhá-lo de perto entre as décadas de 1920 e 1930. Em Sérgio Buarque, encontramos menções a autores que estavam no campo ainda mais conservador, como Georges Sorel, cuja ideia básica nas *Reflexões sobre a violência* ele evoca sublinarmente várias vezes; ou Oswald Spengler, provavelmente o pensador alemão conservador que ele mais leu à época. Seu exemplar de *O declínio do ocidente* está minuciosamente anotado, mas as menções feitas a Spengler na 1ª edição de *Raízes* são retiradas na edição de 1948. Kurt Breysig é outro dos nomes expurgados nas edi-

ções posteriores do nosso "clássico por amadurecimento", como o caracterizou recentemente Luiz Feldman.

Por fim, outro elemento importante desse Sérgio não-weberiano é o seu romantismo jurídico. Em várias passagens da edição original, e que não puderam ser totalmente refeitas posteriormente, defende-se uma ideia que, depois, se tornará conhecida através do famoso ensaio de Roberto Schwarz: *As ideias fora do lugar*. Uma das ideias-chave da "revolução conservadora" dos anos de 1920 e 1930 é que a democracia não dá certo na Alemanha porque se trata de ideias vindas de fora e, portanto, não se adaptam à "alma" alemã. Esse argumento, romântico em essência, está presente nas reflexões feitas por Sérgio a respeito de nosso sistema legal. Quando é lida de maneira mais contextualizada, à luz de um trabalho cuidadoso de reconstrução, percebemos que a famosa frase, tantas vezes citada, de que no Brasil a democracia geralmente não teria passado de um "mal-entendido", adquire outra conotação um pouco mais próxima de um pensamento assumidamente antidemocrático. Não a democracia, mas o personalismo corresponderia às nossas verdadeiras "raízes"...

Nada disso significa que o autor não tenha mudado de posições ao longo do tempo e – é claro – que a reformulação do livro não possa ter correspondido a elas. Estou ciente disso. Mas é importante perceber que *Raízes do Brasil* é um livro que está constituído de maneira muito paradoxal. Infelizmente, a interpretação de Antonio Candido – que hoje tem sido cada vez mais contestada – serviu muito mais para fundamentar uma tradição do que eu chamo de uma 'hermenêutica afirmativa' desse clássico. É passada a hora de abandonarmos essa interpretação.

Retomando o fio da meada, diria que, a despeito de tudo isso, pelo menos duas intuições fortes Sérgio Buarque mantêm-se ainda operacionais. Uma é o seu diagnóstico do nosso déficit de racionalização (no sentido que esse conceito assume em Weber). Cito um exemplo: como a sociedade brasileira moderna, que dispõe de uma intelectualidade importante, universidades de prestígio e governos bem-assessorados tecnicamente, ainda

se mantém com uma perspectiva de planejamento tão débil que permitisse que vivêssemos a assustadora crise hídrica de 2014? A análise de Sérgio confirma algo que o nosso "mundo da vida" confirma todo o tempo: planejamento não é algo que a sociedade brasileira assuma de maneira consciente.

O outro aspecto é a sua análise do homem cordial. Infelizmente, isso continua atual. Retorno à discussão em relação ao ódio político que temos vivido no Brasil há quase dois anos e à dificuldade de construir um espaço de diálogo reacional na esfera pública, à base de argumentos reacionais; à deterioração do ambiente de discussão política e de convívio civilizado; a práticas reprováveis como hostilizar uma pessoa que chega a um restaurante, que embarca num avião, porque é desse ou daquele partido ou dessa ou daquela agremiação, porque pertence ou não ao governo. Quando tais práticas começam a se proliferar, percebemos o lado perverso da cordialidade, do *ethos emocional*. Sérgio Buarque estava atento a isso.

Passo agora ao nosso segundo clássico, Raymundo Faoro. *Raízes do Brasil* e *Os donos do poder* são livros muito diferentes, e não apenas na sua extensão. A 1ª edição de *Os donos do poder*: *formação do patronato político brasileiro* é de 1958. Um livro relativamente modesto nas suas dimensões, mas que duplicou de tamanho em 1975, quando foi reeditado. Desta vez podemos dizer que se trata de um livro essencialmente weberiano... Eu já ia me esquecendo de dizer: ao contrário do que se costuma afirmar, Sérgio não foi o primeiro a evocar Weber com propriedade no Brasil. De fato, o papel de pioneiro cabe a Alceu Amoroso Lima. Artigos de jornal de sua autoria, de 1925 e 1926, já mencionam os Ensaios de sociologia da religião de Weber. Em todo o caso, e retornando a Raymundo Faoro, Weber é de fato estruturante em seu pensamento. Embora as referências intelectuais em *Os donos do poder* sejam inúmeras, a ideia-chave, a análise do patrimonialismo, é weberiana *tout court*.

Sua esplendorosa genealogia do estamento burocrático brasileiro reforça em nós a sensação de que os anos 1950 foram mesmo uma década sem igual no Brasil. Do ponto de vista polí-

tico, tem-se JK; musicalmente, o surgimento da Bossa Nova e da obra de Villa-Lobos; na literatura, a publicação de obras como *Morte e vida severina* e *Grande sertão: veredas*; na sociologia, a publicação da tese de Maria Isaura Pereira de Queiróz sobre o movimento do Contestado e, claro, *Os donos do poder*, de Faoro.

A tese central, bastante simples, é que, ao longo da nossa história, os detentores do poder político no Brasil, como já antes em Portugal, impuseram uma lógica patrimonialista ao Estado, transformando-o num estamento autônomo, cuja manutenção onerosa acaba por sufocar as possibilidades de desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, o Estado exaure a dinâmica econômica da sociedade. Ao escrever a história da hiperbolização do papel e da força do Estado, Faoro usa uma imagem forte: o patrimonialismo luso-brasileiro trazia em si o germe do "suicídio econômico".

Se vocês consultarem *Economia e sociedade*, verão que uma das formas de dominação anteriores ao desenvolvimento da dominação burocrática é justamente o que Weber chama de dominação patrimonial. É um fenômeno generalizado no mundo, ocorre em diferentes épocas e em sociedades. A construção desse argumento é muito parecida em Sérgio Buarque e em Faoro, traduzindo o que alguns chamam de tese do "iberismo". Para entender o Brasil, seria preciso voltar ao passado, àquela sociedade que forneceu algumas das instituições fundamentais da sociedade brasileira contemporânea; portanto, há que se voltar a Portugal.

Faoro faz uma análise do não desenvolvimento do feudalismo na Península Ibérica e sugere – é um argumento muito instigante – que, naquelas sociedades em que houve feudalismo, como França, Alemanha e inclusive Japão (na época anterior à Revolução Meiji), o poder não é altamente centralizado, o que, com o desenvolvimento do tempo, permite um desenvolvimento "mais sadio" do aparato estatal na sua relação com o campo econômico. A Península Ibérica seria uma exceção, ou antes, não se enquadra nesse modelo de desenvolvimento histórico. Então, onde quer que tenha se formado uma sociedade estamental,

com uma forte tendência para a centralização política, se daria um desenvolvimento insuficiente das forças de mercado, do capitalismo, portanto.

Há uma coisa decisiva para a qual poucos comentadores atentaram. Muitas vezes Faoro usa um termo que parece estranho, ao se referir ao estado português e ao estado em formação no Brasil: capitalismo político. Ora, "capitalismo político" é um conceito de Weber, que o emprega em *Economia e sociedade* e, com muito mais propriedade ainda, em seu grande trabalho de 1909 *Agrarverhältnisse im Altertum* (Relações agrárias na Antiguidade). Weber usa o termo "capitalista" como um tipo ideal, no sentido lato de uma atividade que visa a obtenção de lucro. Para Weber, no Mundo Antigo há capitalismo, mas esse capitalismo é essencialmente político. Como assim? Retomemos sua análise da queda de Roma. Para Weber, esse processo adveio, em última instância, do fim do processo de expansão imperial. Com o fim das guerras de conquista, cessara o abastecimento de novas levas de mão de obra escrava, de modo que a base do sistema começa a colapsar. O sistema escravista antigo, sobretudo em Roma, estudado por Weber em sua tese de livre-docência, se mantinha à custa das guerras – que, como dizia Clausewitz, são da política por outros meios. A base de funcionamento do sistema econômico não era portanto econômica em si mesma, mas *política*. Eis porque Weber usou várias vezes o conceito de "capitalismo político" para a Antiguidade; mas não só para ela. A época do mercantilismo demonstra a existência de um estado altamente interventor, definidor da lógica da esfera econômica. Dessa maneira, o uso que Faoro faz do conceito de capitalismo político é rigorosamente fiel ao espírito da análise de Weber.

Assim, o Estado brasileiro gradativamente se torna, à medida que se constitui e capilariza na estrutura social, algo que poderíamos chamar de um ator histórico absoluto. Ele exaure as forças que possibilitariam o desenvolvimento econômico. Faoro menciona Joaquim Nabuco, para quem em nosso país "tudo se espera do Estado". Trata-se de um macroator histórico, hegelianamente falando. Para Faoro, o patrimonialismo, pela sua lógica de funcionamento, "rouba" energias da verda-

deira força motriz da sociedade, ao prejudicar o livre desenvolvimento das forças de produção. Numa sociedade patrimonialista, o mercado apresentaria uma lógica manca; ela é uma sociedade em que as forças dinamizadoras perdem muito de sua "potência"; é uma sociedade de certa forma condenada a se repetir, mesmo a se congelar. Não é à toa que esses últimos termos reaparecem sempre na análise de Faoro: "congelamento", "aprisionamento", "escudo de ferro". O último parece inspirado na famosa "jaula de ferro" cunhada por Talcott Parsons em sua tradução de Weber, se bem que num sentido um pouco diferente. Em suma, o patrimonialismo não é apenas a expressão de uma realidade do passado: ele mata o futuro. Em um artigo de 1993, Faoro explora melhor essa relação entre uma sociedade com baixo potencial de renovação (ou inovação) histórica e patrimonialismo. Eu cito:

> A história, por não ter o país uma sociedade civil viva, desenvolve-se em decorrência dos impulsos ditados pelo poder púbico. Em consequência, em lugar de projetar um desenvolvimento que se expande para o futuro, triturando o passado, superando-o em novas manifestações, a história é recorrente, repetitiva. Não temos um processo histórico, mas uma sucessão temporal, com retornos de formas e de tempos que não passam de um recondicionamento de um outro tempo. Resta, então, ao observador, reencontrar-se, [conclui ele], com a reprise de um espetáculo já visto e que deveria estar arquivado nos anais dos cronistas. (FAORO,1993, p. 17-18).

Com efeito, a análise do patrimonialismo continua atual. Veja-se a dificuldade de uma determinada corporação profissional, como é a dos taxistas, em aceitar a livre concorrência, fundamento da economia de mercado. A quem se recorre a fim de evitar a liberalização do mercado de transporte de pessoas? Ao poder público, à justiça, aos tribunais. Isso nunca causa estranheza no Brasil, achamos normal. Se pensarmos ainda na atuação do BNDES na última década, talvez não cheguemos a uma conclusão diferente. Creio que essa lógica, a do patrimonialismo, se manteve e até se reavivou, apesar de toda a gritaria em torno do "neoliberalismo". Caso Faoro tivesse aceito o convite para ser o vice de Lula em 1989, imagino que ele não veria com

bons olhos o desenvolvimento posterior das relações entre estamento burocrático e sociedade no Brasil.

Podemos nos voltar agora para Jessé Souza, sociólogo que tem uma obra importante, conhecida. Ele tem afirmado já há vários anos que na obra Sérgio Buarque e Raymundo Faoro se constitui o fundamento que ele, Jessé, chama de sociologia da inautenticidade brasileira. Ambos seriam os pais de uma teoria que teria se tornado uma verdadeira ideologia no Brasil, na medida em que encontrou uma ampla recepção para além da academia, e cujo cerne seria constituído pela tese do patrimonialismo. Para Jessé, essas construções sociais da realidade tendem a justificar, de maneira "pseudocrítica" (a expressão é dele) a realidade em que vivemos, mais obscurecendo-a que elucidando-a – daí ele se valer de termos duros para caracterizar essa tradição, tais como "pseudocrítica" e "pseudociência". Ele realiza uma crítica vigorosa e que faz jus ao seu grande talento; mas é também uma crítica que, por sua vez, não está isenta de problemas. Vou me ater a alguns deles.

O primeiro livro em que Jessé se volta contra o "legado" de Sérgio Buarque e Faoro é o seu *A modernização seletiva*, numa seção em que pretende passar a limpo as interpretações do Brasil mais conhecidas. Em última análise, Jessé propõe uma ruptura com o que ele chama de "ciência social conservadora", a fim de voltar a tematizar o problema que ele vê como fundamental da sociedade brasileira, o problema da desigualdade. Ele classifica a análise de Sérgio Buarque como um "iberismo" quase filosófico, e Faoro como representante de um "iberismo institucionalista". Com isso se sugere que a raiz de nossos problemas não deveria ser buscada na longuíssima duração, em Portugal, mas no processo mesmo da formação da sociedade brasileira.

Nesse empreendimento Jessé Souza tende, às vezes, a fazer uma leitura um pouco rápida demais dos "clássicos". Fiquemos apenas num exemplo. Ele considera que o livro do Sérgio Buarque se organiza em torno de uma ideia-diretriz, o personalismo ibérico. Este me parece, inclusive, outro aspecto da contribuição do Sérgio Buarque que se mantém atual. Observe-se como,

no campo político brasileiro, os poucos partidos que ainda tinham uma certa representatividade autêntica, alguma vitalidade interna e uma identidade ideológica mais bem-delineada, também esses partidos sucumbiram à lógica do caciquismo, do personalismo. Vivemos, parece-se, um momento deveras infeliz nesse sentido, o que tende a confirmar a análise do personalismo em *Raízes do Brasil*. Jessé, entretanto, vê aí a ideia diretora do livro, o que me parece arbitrário. O livro de Sérgio Buarque é muito mais plural nas suas proposições, muito menos orgânico do que parece, embora as alterações feitas ao longo de sucessivas reedições possam dar essa impressão. Basta compararmos a primeira à segunda edição para percebemos como a estrutura de *Raízes* é polinucleada. Não há, a rigor, um eixo temático ou argumentativo central.

Quando Sérgio Buarque fala em "personalidade", ele o faz de maneira análoga ao que os alemães das duas primeiras décadas do século passado chamavam de *Persönlichkeit*, o que não é bem sinônimo de "indivíduo". O que se tem em mente é aquela figura que se destaca por uma série de qualidades, sejam elas artísticas, políticas, intelectuais. Não se trata de um sinônimo de "indivíduo" ou "individualismo". Para Jessé, Sérgio veria a raiz dos nossos males no personalismo, mas uma análise cuidadosa não confirma essa pretendida centralidade, tal como a encontramos no livro de Faoro. Ou seja, Jessé atribui a *Raízes* um grau de coerência de construção e sobretudo de formulação que estudos recentes – de João Kennedy Eugênio (2010), de Leopoldo Waizbort (2011), de Luiz Feldman (2016) e o meu próprio (Mata, 2016) – estão longe de confirmar. Já no livro do Faoro, Jessé encontra elementos que, de fato, o autorizam a falar numa estrutura teleológica.

No entanto, não creio que o eixo da crítica de Jessé a esses dois clássicos se sustente. Não é a análise do Faoro que é a-histórica: *é o fenômeno que ele descreve.* Estamos falando de um fenômeno, o patrimonialismo, que já estava presente na Península Ibérica no início do Estado Moderno, nos séculos XVI e XVII, mas que continua presente na vida pública brasileira. O simples fato de que o governo brasileiro ainda hoje mantém 25 mil car-

gos comissionados já diz o bastante. Não dispomos de uma burocracia no sentido weberiano. O estado burocrático no sentido weberiano, profissionalizado, técnico, é no Brasil muito mais a exceção do que a regra. Tendo a crer que a sociedade brasileira tem a esse respeito algo, sim, de a-histórica. Seria essa a "patologia" do Estado brasileiro (ou antes: da forma como concebemos o seu papel em nossa sociedade). Partindo da obra de Weber, Faoro nada inventou, mas pura e simplesmente diagnosticou – trata-se do problema do patrimonialismo.

Jessé Souza acredita que o ponto de vista de Faoro e de Sérgio Buarque é o do liberalismo; seria esta, no seu entender, a patologia a extirpar. Por detrás da tese do patrimonialismo se esconderia uma crítica ferrenha ao Estado enquanto um ator coletivo "forte". Estaria subjacente, assim, a ideia de que o mercado deveria adquirir um maior protagonismo entre nós. Em *A modernização seletiva*, Jessé escreve que a tese do patrimonialismo seria a expressão mais duradoura do pensamento liberal nas ciências sociais brasileiras. Portanto, e em última análise, o que se pretende é "desmascarar" a quintessência ideológica do patrimonialismo enquanto problema sociológico.

Em seu *A ralé brasileira*, Jessé retoma a crítica aos nossos clássicos, livros que não passariam de "leituras liberais pseudocríticas" do dilema brasileiro. Ele acrescenta agora um outro elemento que acredita central na visão de mundo conservadora – a temática da corrupção, ou, melhor dizendo: da hipersensibilidade à corrupção enquanto subproduto da tese do patrimonialismo. A introdução dessa nova variável acontece em 2009, não por acaso no contexto do julgamento do "mensalão" pelo STF. Para Jessé, a temática da corrupção no Brasil adquirira uma dimensão "folclórica", quando na verdade, diz ele, se trataria de um fenômeno *congênito* ao capitalismo. Haveria portanto uma afinidade eletiva entre capitalismo e corrupção. Eis o raciocínio: por força da tese do patrimonialismo, entranhada na nossa maneira de perceber o mundo – daí seu sentido ideológico –, a nossa percepção da realidade seria deformada. Tomaríamos a consequência (a corrupção do sistema político) por causa. Daí ser estratégico a tentativa de "desmon-

te" da tese do patrimonialismo, sem com isso, porém, arranhar a reputação de Weber.

Vejamos. Para Jessé, Sérgio Buarque e Faoro fazem mau uso do conceito de patrimonialismo. O conceito weberiano de patrimonialismo, afirma, é "um conceito inaplicável ao Brasil dos séculos XIX e XX". E continua: "O patrimonialismo não pode existir em um contexto de economia monetária avançada" (SOUZA, 2009, p. 61). O patrimonialismo seria para Weber um conceito histórico, aplicado apenas a determinados casos específicos, especialmente o da China pré-moderna. Justamente aqui se revela a excessiva pressa do crítico.

Quando temos diante de nós o capítulo de Weber sobre o patrimonialismo em *Economia e Sociedade*, é inequívoco (gostaria de sublinhar esse "inequívoco") que o patrimonialismo para o historiador e sociólogo alemão não é um conceito histórico, mas sim um tipo ideal. Um conceito histórico se refere a eventos que se manifestam em contextos históricos únicos, são correlações de fenômenos únicos, não-passíveis de generalização. São *singularidades*. Já o tipo ideal, por sua própria natureza, é um tipo abstrato, que nos permite (como no caso das três formas puras de dominação de Weber) aplicá-lo em "n" momentos diferentes da história. E isso vale para o patrimonialismo em Weber, que escreve: "O patrimonialismo é compatível com a economia de subsistência e com a economia de troca, com a constituição agrária pequeno-burguesa e a de senhorios territoriais, portanto e de forma importante para nós, compatível com a presença ou ausência da economia capitalista" (WEBER 1999, p. 306).

Poderia evocar outras passagens, mas não vou cansá-los com isso. Não se trata de "fazer justiça" aos nossos clássicos, naquilo em que a sua contribuição ainda possa se mostrar relevante para nós, mas de mostrar que nada impede, a partir da obra de Weber, a aplicação do conceito de patrimonialismo à sociedade brasileira dos últimos séculos, seja em contexto pré-capitalista, seja em contexto capitalista.

Eis aí alguns problemas da crítica que Jessé Souza faz ao que ele chama de nossa "sociologia da inautenticidade", ao suposto conservadorismo intrínseco às análises de Sérgio Buarque, Faoro e Roberto da Matta. Como disse, o patrimonialismo *não* é um conceito diretor em *Raízes do Brasil* (tal como o será em *Os donos do poder*). Segundo ponto: Sérgio Buarque não era um "weberiano". Ele deriva o patrimonialismo, que aliás é mencionado rapidamente em uma única página de Raízes, do familismo, da força dessa instituição central em nossa sociedade. Diga-se de passagem: na nossa talvez mais que em outras, haja vista o discurso dos deputados no domingo passado (*post scriptum*: 16 de abril de 2016, data da votação do *Impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados). O papel central da família entre nós ocorre, possivelmente, por força de compensação. A relação do brasileiro com as instituições é sempre eivada de desconfiança (os chamados "intelectuais" não são exceção), de insegurança. Criamos e empregamos prototaxonomias exóticas, como a de leis que "pegam" e leis que "não pegam". O que sobra? Sobra a família. Daí essa enorme centralidade que ela adquire no discurso e na prática social dos brasileiros. A família supostamente "pega" e tem de "pegar": ela é, por assim dizer, a mais absoluta das categorias absolutas do nosso imaginário social. Como quer que seja, não é a partir de Weber que Sérgio Buarque deriva o patrimonialismo do familismo, mas Jessé não está atento a isso.

Há mais. Ao contrário do que Jessé imagina, o tema da corrupção está presente na obra de Weber, onde, aliás, é associado ao fenômeno do patrimonialismo. Transformar a corrupção em objeto de investigação não é, como pretende o autor brasileiro, um indício de que a ciência social assuma uma feição moralista ou "liberal". Seu herói no campo da sociologia, Weber, sabidamente não construiu uma sociologia da corrupção, mas poderia tê-lo feito. Nas últimas páginas de *Economia e sociedade*, Weber analisa o sistema político norte-americano do século XIX, que ele conhecia pela leitura das obras de Hugo Münsterberg, um psicólogo que era seu amigo e que havia se radicado em Harvard. Münsterberg publicou em 1902 um livro em dois volumes sobre os Estados Unidos, em que discute minuciosamen-

te o chamado *spoils system*. Do que se trata? O sistema político norte-americano, no século XIX, tinha várias semelhanças com o sistema político brasileiro de hoje, tanto que o referido *spoils system* também era denominado *patronage system*, "sistema patrimonial". Quando um político era eleito, uma quantidade enorme de cargos era negociada e utilizada, segundo seus interesses, para satisfazer uma vasta clientela. Essa realidade prevaleceu até a reforma de 1883, que garantiu uma efetiva burocratização/profissionalização da administração pública. Weber faz várias referências ao fato de que esse sistema nos Estados Unidos no século XIX, o *patronage system*, favorecia a corrupção – obviamente por razões estruturais, não por razões morais. Ou seja, a corrupção era um dado do sistema porque o serviço público ainda não tinha sido "racionalizado" como no serviço público alemão, cuja modernização ocorrera bem antes.

Corrupção não é portanto um tema moral em Weber, é um fenômeno social. E tal fenômeno, como qualquer outro, pode ser reduzido a causas, sendo elas de natureza institucional (isto é, derivam de um nível insuficiente de institucionalização a partir de premissas modernas, impessoais). Weber estabelece, assim, uma relação direta entre patrimonialismo no sistema político e corrupção. Não insistiremos nas citações, pois qualquer um de vocês pode consultar por si mesmo o segundo volume de *Economia e sociedade*.

Jessé não reconhece a ética/eticidade como potência social específica. Basta lembrar que para Weber o capitalismo moderno é algo totalmente diferente da sistematização da ganância. Ganância houve em todas as épocas da história. O espírito do capitalismo, por sua vez, implica uma moderação, uma disciplinarização ascética desse desejo irrefreado de ganho, deste "impulso aquisitivo", como o chamava Werner Sombart. Nesse sentido, o termo "ética" está longe de ser um mero apetrecho para Weber. A ética capitalista significa, sim, um processo de disciplinarização na forma de lidar com o trabalho e com os frutos do trabalho. Uma poderosa ênfase no trabalho diligente, mas não no gasto. Nos termos de Weber, nada mais impróprio do que ver na corrupção uma consequência *necessária* do desenvolvimento do espírito do capitalismo!

Disso decorre que seria recomendável um pouco mais de cuidado quando nos deparamos com as manifestações públicas de setores da sociedade, para os quais a corrupção se torna o elemento detonador central da ação e do discurso políticos, da participação, da tomada de posição, da saída às ruas. Trata-se aqui, inclusive numa perspectiva weberiana, de um fenômeno a ser mais bem-abordado sociologicamente e não simplesmente caricaturado como uma fuga do problema fundamental (pergunto-me se está ao alcance da ciência social determinar *ex cathedra* qual seria esse "problema fundamental"), como um mero pretexto para a desmoralização do Estado ou como uma consequência inevitável de um liberalismo sem limites.

Já me estendi bastante, mas não posso deixar de introduzir Vilém Flusser em nossa discussão. Na sua *Fenomenologia do brasileiro*, há uma passagem que a muitos parecerá perturbadora. Não creio que Faoro chegou a conhecê-la, mas imagino que, fosse esse o caso, talvez a subscrevesse. Num inspirado capítulo, chamado "Defasagem", Flusser afirma: "O brasileiro pensa a-historicamente, até e especialmente se se interessa por história" (FLUSSER 1998, p. 77). É uma formulação aparentemente contraditória, absurda até. Essa e muitas outras colocações de Flusser (2002, p. 117-125) poderiam nos desconcertar, no entanto a literatura etnológica está repleta de exemplos de sociedades com uma baixa sensibilidade para o histórico. Onde predomina, a adotarmos a terminologia de Joachim Ritter, mais a "mnemosine histórica" do que o "senso histórico" (RITTER 1974, p. 126-131). A consciência histórica é uma construção social, um produto social; ela nada tem de "natural" (ao passo que a consciência temporal é inata, como demonstrou Edmund Husserl em princípios do século XX). E uma vez que este conceito não é propriamente consensual, mesmo entre os especialistas, advirto que o emprego na acepção do historiador Theodor Schieder, para quem a consciência histórica implica estar ciente "de que o ser humano e todas as instituições e formas de vida comum por ele criadas existem no tempo, ou seja, têm uma origem e um devir, e que elas não apresentam nada que seja estável, imutável ou destituído de premissas" (*apud* JEISMANN,1997, p. 42).

É o que basta para que elaboremos com clareza o nosso argumento central: *em algumas sociedades modernas, não obstante sejam inquestionavelmente modernas, a consciência histórica eventualmente pode se constituir como uma "falsa consciência"*. Trata-se de um discurso elaborado e mantido pelas elites intelectuais, historiadores inclusive, mas ao qual não corresponde uma experiência suficientemente capilarizada, uma práxis, um vivido. Bastaria o exemplo de um corpo social onde pululam arcaísmos para se colocar em dúvida o exagerado otimismo daqueles para os quais a linguagem "cria" realidade. Pois não é exatamente incomum que se dê o contrário: obscurece-se o fato de que entre a realidade social concreta e as construções sociais da realidade (sejam elas históricas, sejam sociológicas) por vezes se abre um abismo.

Revisitando *Os donos do poder*, pergunto-me hoje se não há uma óbvia homologia entre o diagnóstico de Flusser e o que Faoro chama de "congelamento"; essa nossa modorrenta dinâmica histórica, e que seria acentuada pela relação disfuncional que nossas elites políticas (e intelectuais) estabelecem com a lógica do mercado. Sim, o mercado, o qual Weber e Faoro identificaram como a grande força transformadora da modernidade. O mercado, essa caixa de Pandora que, uma vez aberta, segundo a memorável descrição feita por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, põe de pernas para o ar o mundo à sua volta, dissolve todas as tradições.

Ou quase todas. Embora pretenda romper com o que supõe ser a linha mestra do pensamento social brasileiro, Jessé Souza se situa no interior de uma das suas mais cristalizadas tendências, a saber: a do antiliberalismo. O nosso antiliberalismo "sistemático" remonta pelo menos aos anos 1930 e tem justamente na tríade Sérgio Buarque, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior os seus *founding fathers*. A eles se somam importantes autores brasileiros de ontem e de hoje, como Antônio Candido, Roberto Schwarz, Emília Viotti da Costa, Roberto Mangabeira Unger e tantos outros. O discurso predominante entre nossos intelectuais a respeito do liberalismo é um eterno revisitar do *topos* do liberalismo enquanto um sistema de ideias "inautên-

tico". Afirma-se, recorrentemente: como aqueles políticos do século XIX poderiam se dizer liberais em pleno império escravista? Ora, o cristianismo surgiu e se disseminou em meio ao escravismo antigo e nem por isso deixou de ser cristianismo. A ninguém ocorre a ideia de que tudo nele se resume a uma farsa moral. A notável figura de Joaquim Nabuco raramente é evocada na condição de político e ativista liberal, cuja luta em favor da abolição é conhecida de todos. Silencia-se a respeito. Nosso antiliberalismo certamente tem história, se bem que, refletindo os ritmos lentos de nossa própria dinâmica social, revela uma estrutura que lembra a de um mantra indiano. A referida crítica de Jessé Souza é o último verso introduzido nesse já longo canto.

Penso que tudo isso não deixou de produzir consequências importantes no longo prazo, por exemplo, no fato de não termos um centro político bem-estruturado no Brasil. Aos olhos dos nossos intelectuais, quase tudo o que não se situa nos extremos carece de "autenticidade".

Sabemos muito bem que em outras sociedades não é assim. O campo liberal pode ser identificado com muita facilidade na Inglaterra, assim como nos EUA e na Alemanha, onde tanto democratas como social-democratas identificam a si mesmos como liberais, "liberais de esquerda". Refletir um pouco mais a respeito talvez nos ajudaria a desdemonizar o termo, sobretudo porque, como já dizia Norberto Bobbio, secundado por nomes como Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, que não há democracia, no sentido pleno, sem o diálogo com a tradição do liberalismo político.

As obras de Sérgio Buarque de Holanda e de Raymundo Faoro, em que pese uma maior ou menor filiação à obra de Weber, em que pese uma dimensão mais ou menos ensaística, em que pesem eventuais "infidelidades" teóricas, se mantêm clássicas para nós pelo fato de que a sociedade brasileira mudou bem *menos* do que gostaríamos. Qualquer um de nós é capaz de perceber boas e muitas más continuidades que continuam presentes à nossa volta, e isso não apenas na esfera da cultura ou do político; mantém-se a gigantesca e escandalosa desigualdade entre

as classes sociais no Brasil. Sob esse aspecto, fique claro, só nos resta subscrever a impressionante démarche de Jessé Souza.

No belo livro de Leandro Konder, *A derrota da dialética,* o autor identifica na trajetória da esquerda brasileira o mesmo "congelamento" de que fala Faoro. Konder sugere que muitas das derrotas políticas da esquerda advêm do fato de que ela não pensa dialeticamente. O marxismo predominante entre nós incorpora Hegel apenas nominalmente, mas não da estrutura do seu pensamento. Soa mesmo pretensioso classificar uma tradição assim como um materialismo *histórico*. Cito Konder, para quem a prioridade deveria ser posta em "aprender e apreender a realidade na sua mudança incessante e no seu constante processo de transformação" (KONDER 1988, p. 195). Nos trópicos, o pensamento marxista parece ter sido vítima de uma espécie de desidratação teórica que o levou a abrir mão da dialética e a pôr em seu lugar – o diagnóstico é de Konder, não meu – uma filosofia mecanicista do processo histórico, redundando assim num "esvaziamento sistemático da reflexão" (KONDER, 1988, p. 199). Os efeitos dessa derrota da dialética se estendem até os nossos dias e condicionam, em maior ou menor medida, a história ulterior do pensamento de esquerda no Brasil. Traduzindo tudo isso numa linguagem mais direta, pode-se dizer que o marxismo chegou ao Brasil, não o materialismo histórico. Pois faltava a ele precisamente aquela perspectiva dialética e aquele *senso histórico* que Marx e Hegel tinham no mais alto grau.

Os livros de Sérgio Buarque e Raymundo Faoro nos ensinam, para além de tudo o que já foi dito, que o vigor da crítica se alimenta justamente desse *senso histórico*: eis aí o que se trata de reintroduzir vigorosamente em nosso pensamento social e, não menos importante, em nossa forma de pensar e praticar a política. A cega iconoclastia em relação ao que produzimos de melhor no passado é o equívoco que, pelo menos desde o modernismo paulista, faz da sociedade brasileira não a eterna morada do novo, mas a teia que nos enreda nos mesmos erros de sempre. Na busca por esse difícil equilíbrio *entre a continuidade e a sua negação* talvez possamos escapar ao destino comum dos

epígonos. Destino que, malgrado as melhores intenções e mais diligentes esforços de gerações inteiras, ainda pesa sobre nós.

Referências

EUGENIO, João Kennedy. **Um ritmo espontâneo:** o organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e Fronteiras, de Sérgio Buarque de Holanda. 2010. 479 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1958.

FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. **Revista USP,** São Paulo, n. 17, p. 14-29, 1993.

FELDMAN, Luiz. **Clássico por amadurecimento:** estudos sobre Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.

FLUSSER, Vilém. **Fenomenologia do brasileiro.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

FLUSSER, Vilém. Mythical, historical, and posthistorical existence. In: STRÖHL, Andreas (Ed.) **Vilém Flusser writings.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002. p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

JEISMANN, Karl-Ernst. Geschichtsbewusstsein: theorie. In: BERGMANN, Klaus et al. (Hrsg.) **Handbuch der geschichtsdidaktik.** Seelze-Velber: Kallmeyer'sche Verlagsbuchhandlung, 1997.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética:** a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MATA, Sérgio da. **A fascinação weberiana:** as origens da obra de Max Weber. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

MATA, Sérgio da. **Tentativas de desmitologia:** a revolução conservadora em Raízes do Brasil. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 63-87, 2016.

RITTER, Joachim. **Subjektivität:** sechs aufsätze. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1974.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva:** uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Ed. UnB, 2000.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 26, n. 76, p. 39-62, 2011.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. UnB, 1999. v. 2.